



ISSN 23580666

UFFS ERECHIM

GAVAGAI: REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES

GRUPO DE TRABALHO DO MESTRADO DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS ERECHIM

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA / DIRECCIÓN POSTAL / MAILING ADDRESS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS ERECHIM
GAVAGAI - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES
AV. DOM JOÃO HOFFMANN, 313,
BAIRRO FÁTIMA, JUNTO AO SEMINÁRIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
ERECHIM / RS . CEP 99700.000
FONE: (54) 3321-7050
E-MAIL: GAVAGAI@GAVAGAI.COM.BR

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades/Universidade
Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim. - Vol. 1, n. 1
(mar./abr. 2014). - Erechim: [s.n.], 2014.

Semestral

1. Periódico. 2. Interdisciplinar. 3. Ciências Humanas.
4. Humanidades. I. Universidade Federal da Fronteira Sul.
II. Título.

CDD: 300

• G A
V • A
G A I

ATILIO BUTTURI JUNIOR

EDITOR-CHEFE / EDITOR JEFE / EDITOR-IN-CHIEF

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

EDITORES EXECUTIVOS / EDITORES EJECUTIVOS / EXECUTIVE

EDITORS

ANI CARLA MARCHESAN

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS

CHAPECÓ (UFFS)

CASSIO BRANCALEONE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS

ERECHIM (UFFS)

FÁBIO FRANCISCO FELTRIN DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS

ERECHIM (UFFS)

JERZY ANDRÉ BRZOZOWSKI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS

ERECHIM (UFFS)

ROBERTO CARLOS RIBEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS

ERECHIM (UFFS)

ROBERTO RAFAEL DIAS DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS

ERECHIM (UFFS)

• DESIGN GRÁFICO / DISEÑO / GRAPHIC DESIGN - PEDRO PAULO VENZON FILHO •
IMAGENS / IMÁGENES / IMAGES - MARIE HUDELLOT • REVISÃO/ REVISIÓN/
REVISION - ANI CARLA MARCHESAN • **ROBERTO CARLOS RIBEIRO** • CASSIO
BRANCALEONE • **ROSÂNGELA PEDRALLI** • FÁBIO FRANCISCO FELTRIN DE SOUZA •
JERZY ANDRÉ BRZOZOWSKI

CONSELHO EDITORIAL

CONSEJO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

• ARMANDO CHAGUACEDA - UNIVERSIDAD VERACRUZANA (MÉXICO) • **BIANCA SALAZAR GUIZZO** - **UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (ULBRA)** • CARLA SOARES - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC-RJ) • **DANIELA MARZOLA FIALHO** - **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)** • DÉCIO RIGATTI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)/ UNIRITTER • **DURVAL MUNIZ ALBUQUERQUE JUNIOR** - **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)** • ELIANA DE BARROS MONTEIRO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) • **ELIO TRUSIAN** - **UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI ROMA LA SAPIENZA (ITÁLIA)** • FÁBIO LUIS LOPES DA SILVA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) • **FELIPE S. KARASEK** - **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL (IDC)** • FERNANDA REBELO - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA) • **GIZELE ZANOTTO** - **UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)** • JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO - UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP) • **KANAVILLIL RAJAGOPALAN** - **UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP)** • MARGARETH RAGO - UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP) • **MARIA ANTONIA DE SOUZA** - **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)/ UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ (UTP)** • MARIA BERNADETE RAMOS FLORES - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) • **NATÁLIA PIETRA MÉNDEZ** - **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)** • NELSON G. GOMES - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) • **PATRÍCIA GRACIELA DA ROCHA** - **UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (UFMS)** • PATRICIA MOURA PINHO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA) • **PAULA CORRÊA HENNING** - **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)** • PEDRO DE SOUZA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) • **RAFAEL JOSÉ DOS SANTOS** - **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)** • RAFAEL WERNER LOPES - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL (IDC) • **RAUL ANTELO** - **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)** • RICARDO ANDRÉ MARTINS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO) • **ROBERTO MACHADO** - **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)** • RODRIGO SANTOS DE OLIVEIRA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG) • **SUZANA G. ALBORNOZ** - **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)** • VIVIANE CASTRO CAMOZZATO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS) • **ROSÂNGELA PEDRALLI** - **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)**



EPISTEME E O PROBLEMA DA CONTINGÊNCIA EM ARISTÓTELES

Resumo: O artigo analisa a definição do conceito de episteme na filosofia de Aristóteles. Para tanto, no primeiro momento, a partir das obras Segundos Analíticos e Física II, busca-se evidenciar os dois traços fundamentais que constituem a episteme, a saber: causalidade e necessidade. No segundo momento, ressalta-se a distinção proposta por Aristóteles entre necessário e contingente. Para isso, a análise detém-se no livro V, 5, da obra Metafísica, no qual o Filósofo apresenta cinco sentidos para necessário. Para o conceito de contingente, o objeto de análise é a obra Analíticos Anteriores, I, 13. Avança-se para a problemática dos futuros contingentes em Aristóteles, explicitando o princípio de bivalência e o modo pelo qual Aristóteles entende a aplicação de verdade a enunciados singulares futuros em matéria contingente. Quer-se com isso, evidenciar o motivo pelo qual Aristóteles entende que só pode haver episteme do que é necessário, imutável, excluindo assim do conhecimento científico os entes contingentes.

Palavras-chave: Episteme. Causalidade. Necessidade. Contingência. Aristóteles.

ANDREI PEDRO VANIN

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar a análise do conceito de *episteme* na filosofia de Aristóteles, poder-se-ia perguntar o motivo pelo qual se debruçar sobre um assunto que já é, há muito, debatido e estudado nos meios acadêmicos. Contudo, como faz notar Aubenque (2001), no artigo *La actualidad de Aristóteles*, pode-se medir a grandeza e a atualidade de um autor de dois modos. O primeiro é a permanência do autor nos debates e estudos. Decorre-se daí o fato de ainda poder apreender algo com o autor. O segundo modo é pela atualidade provocativa e paradoxal que faz com que, não simplesmente apreenda-se algo do pensamento do autor, mas, antes, tenha-se um renascimento dos problemas e das perguntas feitas por ele. Sem dúvida, como nota Aubenque, Aristóteles é atual, sobretudo pelo segundo modo¹.

Desse modo, este artigo procura estudar, mesmo que de forma sucinta, o conceito de *episteme* em Aristóteles. Para tanto, estruturou-se o texto do seguinte modo: no primeiro momento, a partir da análise das obras *Segundos Analíticos* e *Física II*, procura-se mostrar os dois traços fundamentais que caracterizam a ciência (*episteme*), a saber: causalidade e necessidade. No segundo momento, analisa-se a distinção que Aristóteles propõe entre os conceitos de “contingente” e “necessário”. Para tal abordagem, analisase-á a obra *Metafísica*, V, 5, na qual o Filósofo expõe o conceito de necessidade e apresenta cinco sentidos para “necessário”. Já o conceito de “contingente” será analisado a partir da obra *Primeiros Analíticos*, I, 13. Por fim, analisa-se a noção de futuros contingentes em Aristóteles, procurando-se, a partir da obra *De Interpretatione* 9, levantar a seguinte problemática posta por Aristóteles: se são ditas duas alternativas a respeito de enunciados singulares em matéria contingente – se algo ocorrerá ou não ocorrerá –, necessariamente se dará uma das duas alternativas? A partir disso, esta terceira seção estrutura-se da seguinte forma: no primeiro momento, evidencia-se o princípio de bivalência em Aristóteles, procurando mostrar o motivo pelo qual, da afirmação ou negação do que é e do que foi, necessariamente se tem ou verdade ou falsidade. O segundo momento é dedicado propriamente aos futuros contingentes e, através da análise desenvolvida na primeira seção, poder-se-á mostrar o porquê de Aristóteles defender que, de enunciados singulares em matéria contingente, não se tem como determinar o valor de verdade antes que o evento ocorra, mas que, ao ocorrer, tal proposição ou será verdadeira ou será falsa.

2 EPISTEME: CAUSALIDADE E NECESSIDADE

Aristóteles afirma que ciência é um conhecimento que deve ter premissas verdadeiras, “primárias, imediatas, melhor conhecidas e

anteriores à conclusão e que sejam a causa desta”². Com efeito, o livro I dos *Segundos Analíticos* apresenta a noção de conhecimento científico nos seguintes termos:

Arbitramos possuir a ciência absoluta de algo e não, ao modo dos Sofistas, de um modo acidental, quando julgamos que conhecemos a causa pela qual esse algo é, quando sabemos que essa causa é causa desse algo, e quando, além disso, não é possível que esse algo seja outro que não este (*Segundos Analíticos*, I, 2, 71 b 9-12).

Evidenciam-se, assim, os dois traços fundamentais que caracterizam o conhecimento científico: causalidade – saber qual a causa que origina o fato – e necessidade – aquilo que não pode ser de outra maneira³. Com efeito, esses dois traços, não se referem à mesma instância. Ao pensar em causalidade, Aristóteles está afirmando o conhecimento da causa do fato, na medida em que, por necessidade, entende o caráter necessário que o sujeito⁴ de uma ciência deve possuir (LEITE, 2013).

De fato, não basta simplesmente saber, para o conhecimento científico, o “que” é, mas é também preciso saber o “porquê” “[...] de certo estado de coisas, e saber que não é simples estado de fato, mas uma verdadeira necessidade” (BERTI, 1998, p. 4). É pertinente notar que necessidade e causalidade estão interligadas, já que “[...] a necessidade do efeito é dependente da existência da causa [...]” (BERTI, 1998, p. 4)⁵. Deste modo, procura-se evidenciar, primeiramente o detalhamento do que Aristóteles entende por “causa” e, na sequência, por “necessidade”, para bem compreender o porquê de essas noções constituírem o que o Estagirita entende por *episteme*.

O conceito de causa não é trabalhado nos *Segundos Analíticos*. Contudo, Aristóteles dedica o capítulo 3 do livro II da obra *Física*,

² Cf. Aristóteles (*AP I*, 2, 71b 16-22). Um excelente estudo sobre esses seis princípios que compõem o que Aristóteles chama de demonstração científica é encontrado em Angioni (2012). Sobre a teoria da demonstração propriamente dita, além dos *Primeiros Analíticos*, cf. Smith (2009). Sobre a lógica e a organização das ciências em Aristóteles, cf. Viano (1955).

³ Faça-se notar que Angioni (2007a, p. 2) constata, além destes dois traços fundamentais apontados por Pereira (2001), Berti (1998) e Leite (2013), uma terceira característica, a saber: “o conhecimento científico opõe-se a certo modo sofisticado de conhecer os mesmos objetos de que se pode ter ciência, mas tampouco é claro em que consiste esse modo sofisticado. Aristóteles parece descrevê-lo pela expressão *kata symbebekos* (*per accidens*), mas tampouco é claro qual é a característica que essa expressão atribui ao conhecimento sofisticado”. Contudo, como o próprio Angioni comenta, esta terceira característica é tomada por Pereira (2001) como corolário das duas primeiras. Essa característica identificada por Angioni consistiria, então, uma consequência das duas primeiras, já que saber qual a causa e ser necessário é explicação do que não é um conhecimento ao modo dos sofistas, e o não aprofundamento deste apontamento no trabalho não implicará na descaracterização do conceito.

⁴ Deve-se esclarecer que a noção de sujeito em Aristóteles é diferente da noção de sujeito desenvolvida por Descartes e Kant, por exemplo. Para Aristóteles, o termo “sujeito” não indica algo dotado de subjetividade, mas uma instância subjacente (*hypokeimenon*) seja à interrogação seja a realidades dotadas de existência por outro. Para uma análise a respeito da noção de sujeito em Aristóteles, cf. Angioni (2007c).

⁵ Cf. também Pereira (2001, p. 36).

¹ Para isso, basta ver o desenvolvimento das pesquisas e dos materiais sobre Aristóteles elaborados, sobretudo, no último século. A respeito deste desenvolvimento, cf. o próprio Aubenque (2001).

parte do livro I da *Metafísica*, e o capítulo 2 do livro V, também da *Metafísica*, para tal tema. “Causa”, afirma o filósofo, é dita em quatro modos mais manifestos: a matéria, a forma, o que moveu e o fim.

No primeiro sentido, “causa” é dita “o item imanente de que algo provém”⁶, o que ficou conhecido na tradição como “causa material”⁷. Aristóteles oferece como exemplo o bronze da estátua e a prata da taça, além dos gêneros dessas coisas, e, nesse sentido, a primeira noção de causa se refere à matéria (*hylē*) de que são feitos os objetos (SILVA, 2009). O segundo sentido em que algo é dito “causa” é “a forma e o modelo” (*to eidos kai to paradeigma*), o que ficou conhecido na tradição como “causa formal”. Angioni (2009, p. 259) nota que ao invés de Aristóteles definir forma e modelo, ele os elucida através da noção “daquilo que o ser é” (*to ti en einai*), que nada mais seria do que o enunciado da essência, seus gêneros e as partes contidas na expressão (SILVA, 2009). Em outras palavras, “[...] trata-se do conjunto de propriedades necessárias e suficientes para caracterizar o que algo é em sua essência [...]” (ANGIONI, 2009, p. 259). O terceiro sentido de causa é “aquilo de onde provém o começo primeiro da mudança ou do repouso” (*hothen e arche tes metaboles e prote e tes eremeseos*) e esse sentido de causa ficou conhecido como “causa eficiente”. Mediante esse sentido, “causa” é entendida como aquilo que produz alguma coisa. O quarto sentido de causa é “o fim [*telos*], ou seja, aquilo em vista de quê” (*to ou eneka*) e esse sentido ficou conhecido como “causa final”. Aristóteles exemplifica: a saúde é causa do caminhar, já que se caminha em vista da saúde⁸.

Fez-se menção acima que Aristóteles, além do livro II, 3, da obra *Física*, dedica parte do livro I, 3, da *Metafísica* para o estudo da noção de causa. Ademais, também o livro V, 2 da *Metafísica* dedica-se em apontar os sentidos de “causa”. Consoante ao exposto, cumpre notar que Aristóteles, na *Metafísica*, apenas retoma os quatro sentidos de “causa” expostos na *Física*. Com isso, não se faz necessário debruçar-se sobre as noções de causa expostas na *Metafísica*, uma vez que tais sentidos já foram expostos, a partir da *Física*.

Apresentadas as noções de causa, pode-se passar ao que Aristóteles entende por “necessidade”. Sobre o caráter necessário de uma

⁶ *Física*, II, 3, 194b 23-24. As traduções dos livros I e II da *Física* seguem as de Angioni em Aristóteles (2009a).

⁷ Cf. Angioni (2009).

⁸ Há de se notar que além desses quatro sentidos de causa, “causa” pode ser dita de acidentes. Contudo, para o objetivo proposto aqui, esse modo accidental de dizer causa não é de todo pertinente. Cf. Aristóteles (2005). Para um estudo das noções de causa, cf. Silva (2009), Angioni (2011) e Hankinson (2009).

⁹ De fato em *Metafísica* I, 3, Aristóteles afirma que “estudamos adequadamente essas causas na *Física*” (983b). No mesmo sentido, Pereira (2001) alude acertadamente as considerações de Aristóteles a respeito das noções de causalidade presentes no livro I, 1, da obra *Partes dos animais* (ARISTÓTELES, 2010a).

ciência, o Filósofo afirma ser “o que não pode ser de outra maneira”. Leite (2013, p. 17) aponta que esta determinação remete a uma necessidade de ordem ontológica, já que a necessidade lógica depende da ontológica¹⁰. Com efeito, ao afirmar que o caráter necessário do sujeito de uma ciência consiste em o “que não pode ser de outra maneira”, Aristóteles está excluindo a possibilidade de demonstrar ou de definir o que é corruptível, já que está contrapondo o necessário com o que pode ser de outra maneira, i.e., as coisas reais, porém contingentes, que podem ora ser ora não ser, por possuírem matéria (LEITE, 2013; PEREIRA, 2001). Logo, “porque não pode ser de outra maneira, o necessário, então, é sempre e, porque sempre é, nem vem a ser nem parece” (PEREIRA, 2001, p. 38).

O que impede o não-necessário – as coisas que podem ser de outra maneira – de não pertencer à *episteme* é o fato de que “não sabemos, quando estão fora do nosso campo de observação, se existem ou não existem” (ARISTÓTELES, *Ét. Nic.* VI, 3, 1139b, 21-22)¹¹. Consoante ao exposto, para algo poder ser dito *episteme* (ciência), tem de possuir dois traços fundamentais – causalidade e necessidade. Não obstante, esses dois traços excluem algumas coisas de poderem ser sujeitos de uma ciência, como as substâncias sensíveis singulares, por serem passíveis de mudança. Com efeito, para se ter conhecimento de algo e poder dizer que se possui *episteme* desse algo, deve-se dizer a causa e o porquê desse algo não ser de outra maneira. Ora, a *episteme* não pode trabalhar com coisas que ora são ora não são porque, deste modo, não se teria ciência, mas apenas conhecimento aparente, ou seja, conhecimento ao modo dos sofistas. Logo, só é possível haver *episteme* de coisas de que se pode dizer a causa e o porquê de não poderem ser de outra maneira. Assim, a ciência só é possível de coisas imutáveis.

Resta, agora, evidenciar a distinção e a definição dos conceitos de contingente e de necessário para alcançar um aprofundamento da noção de *episteme*.

3 NECESSÁRIO E CONTINGENTE

Esta seção objetiva delinear as noções de necessário e de contingente expostas por Aristóteles. Com tal análise, será possível, ao final, demonstrar o que o Estagirita entende por *episteme*. Ademais, com a análise destes conceitos, tornar-se-á manifesto o motivo pelo qual os objetos corruptíveis, não-necessários, estão, por assim

¹⁰ Cf. Pereira (2001). Para uma elucidação do fato da necessidade lógica estar sempre atrelada ao âmbito ontológico em Aristóteles, cf. Filho (2013). Em *Categorias*, X, entre outras coisas, há uma discussão indireta a respeito deste tema (ARISTÓTELES, 2010b).

¹¹ A tradução de Angioni (2011, p. 288) é: “[...] passa-nos despercebido se as coisas que podem ser de outro modo são o caso ou não, quando não as estamos considerando”.

dizer, excluídos do âmbito da *episteme*, fato apenas mencionado na seção anterior. Deter-nos-emos, portanto, primeiramente no sentido de necessário.

Quais são os modos pelos quais Aristóteles entende necessário? Em *Metafísica* V, 5, o filósofo atribui cinco sentidos para necessário, a saber: 1) “aquilo sem cujo concurso não é possível viver”; 2) “aquilo sem o que o bem não pode existir nem se produzir”; 3) “o que obriga e a obrigação”; 4) “o que não pode ser diferente do que é” e 5) “a demonstração” (*Metafísica* V, 5, 1015a 20 – 1015b 10)¹². O primeiro sentido diz respeito ao que é essencial para se viver, por exemplo, a respiração e o alimento. O segundo sentido remete àquilo que, sem o qual, o bem não pode se produzir, por exemplo, tomar um remédio para recobrar a saúde. O terceiro sentido, a coação, como bem observa Zingano (1996, p. 77) “[...] é *αμεταπειστος*, inflexível em relação à persuasão, e, neste sentido, não pode ser outra do que é, por conseguinte é necessária”. Já o quarto sentido, segundo Aristóteles, é o principal: “desse sentido de necessário derivam, de certo modo, todos os outros significados”¹³. Mas, porque o quarto sentido é dito o principal e pelo qual todos os demais derivam? Leite (2013, p. 19-20) expõe:

Que Aristóteles não tem em mente a necessidade dita lógica quando enuncia a [o] sentido principal de “necessário” torna-se manifesto pelo quinto sentido. A necessidade da demonstração é derivada desse sentido originário. Mas, se não é à necessidade lógica que se refere o sentido originário de “necessário”, só nos resta atribuí-lo à necessidade dita ontológica. Com efeito, “necessário” em sentido originário e soberano é aplicado ao simples. Estes são omnitemporais e sem movimento e, portanto, não podem ser de outra maneira. Consoante ao exposto, “ciência” é o conhecimento de algo ontologicamente necessário. Dito de outra maneira, é o conhecimento do ente necessário e omnitemporal.

De fato, se o quarto sentido é dito principal – “o que não pode ser diferente do que é” – e este remete ao simples – o que, sabidamente, não contém partes, não contém potência, sendo, então, apenas forma, apenas ato – exclui-se da *episteme* o conhecimento do que é corruptível, das substâncias sensíveis singulares, já que, na medida

em que são compostas, podem ser de outra maneira, possuindo, portanto, matéria¹⁴. Destarte, Aristóteles corrobora que “ciência” é sempre do que é ontologicamente necessário, pois o simples – sentido primário e soberano de “necessário” – são os entes “eternos e imóveis”¹⁵ e, sendo eles eternos e imóveis, não podem ser de outra maneira. Antes, porém, de assegurar tal conclusão, se faz necessário analisar o que Aristóteles entende por contingente, para elucidar o porquê dos entes contingentes, i.e, não necessários, não poderem figurar como sujeitos de uma *episteme*.

Em *Primeiros Analíticos* I, 13, Aristóteles apresenta dois sentidos pelos quais é possível entender contingente. O primeiro refere-se ao “possível não necessário”¹⁶. A segunda propriedade diz respeito ao fato de as proposições contingentes se converterem em suas opostas. Deste modo, “ser contingente predicar” se converteria em “ser contingente não predicar”¹⁷. E, de acordo com Leite (2013, p. 18) “isso só é possível porque a distinção entre necessário e contingente também se encontra entre os entes, estabelecendo, portanto, uma cisão em duas esferas do real”.

De fato, Aristóteles reforça a noção de que só é possível haver *episteme* do que é necessário. Na obra *Sobre a geração e a corrupção* II, 11, 338a 1-4, lê-se: “o que existe por necessidade é, simultaneamente, o que existe sempre (pois o que é necessário não pode não ser), pelo que, se é por necessidade, é eterno; e, se é eterno, é por necessidade. Assim, se a geração de uma coisa é necessária, é eterna; e, se é eterna, é necessária”. Em *Segundos Analíticos* I, 8, 75b 24-25, afirma-se: “consequentemente, no que concerne a relações corruptíveis, não há demonstração ou conhecimento *stricto sensu*”. Sendo assim,

[...] do contingente, não há como haver ciência. Se não há necessidade na predicação de algo acerca do contingente, não é possível assumi-lo como sujeito de uma ciência. Do ente contingente, pois, não há como saber se ele ainda é ou se já não é mais quando fora de nossa percepção atual. Como consequência, uma suposta ciência do contingente iria contra o princípio de não contradição, já que estaríamos a afirmar que essa ciência seria ora ciência ora ignorância. Com efeito, tal é o comportamento da opinião (*δόξα*), que tem por finalidade conhecer o contingente (LEITE, 2013, p. 18).

Consoante ao exposto, evidencia-se que sobre o contingente não há como haver *episteme*. Conquanto, afirma-se que a opinião pode apreender o contingente. Resta saber, então, como isso é possível.

¹² Assume-se aqui a interpretação de Leite (2013), provavelmente apoiada em Le Blond (1939), que aponta para cinco sentidos de necessário. Zingano (1996) – provavelmente apoiado no comentário de Ross (1956) – e Pereira (2001) – apoiado no comentário de Ross, como faz notar em nota de pé de página – identificam nesta passagem da *Metafísica* apenas três sentidos para necessário. A tradução de Reale (2005) aponta para quatro sentidos, porém subdivide o primeiro em dois. Ora, ao analisar o texto da *Metafísica* V, 5, vê-se que lá estão especificados cinco sentidos para necessário, como apresentado acima. Não obstante, um dos motivos de tais autores apresentarem apenas três sentidos para necessário pode ser o fato de que os três primeiros sentidos são relacionais, e, por isso, são tomados no mesmo grupo dentro de *Metafísica* V, 5. O fato de considerarem apenas três sentidos talvez leve em conta, ainda, a passagem de *Metafísica* XII, 7, 1072b, 12-13, na qual Aristóteles afirma que o “[...] necessário tem os seguintes significados: (a) o que se faz sob constrição contra a inclinação, (b) aquilo sem o que não existe o bem, e, enfim, (c) o que não pode absolutamente ser diferente do que é”. Contudo, essa discrepância de interpretações não nos estorvará, já que o sentido primordial de necessário está presente em ambas as considerações.

¹³ Cf. Aristóteles (2005).

¹⁴ Para um detalhado estudo sobre a noção aristotélica de matéria, cf. Angioni (2007b). Para um estudo a respeito da forma e da matéria, tanto na *Física* quanto na *Metafísica*, cf. Lewis (2009).

¹⁵ Cf. ARISTÓTELES. *Metafísica*, V, 5, 1015 b 14-15.

¹⁶ Cf. ARISTÓTELES. *Primeiros Analíticos*, I, 13, 32a 18-20.

¹⁷ Cf. ARISTÓTELES. *Primeiros Analíticos*, I, 13, 32a 28-35; Leite (2013).

Aristóteles atribui à opinião caráter infirme¹⁸, e, embora seu objeto seja verdadeiro e real, ela pode ser de outra maneira (*Segundos Analíticos*, I, 33, 88b 30-5). A distinção entre *episteme* e opinião é expressa pelo Estagirita nos seguintes termos:

[...] ninguém julga que está *opinando* ao pensar que uma coisa não pode ser de outra maneira – julga que detém conhecimento. É quando pensa que uma coisa é assim, não obstante não haja razão para que não seja de outra maneira, que julga estar *opinando*, o que significa que a opinião toca a esse tipo de proposição, ao passo que o conhecimento tange ao necessário (*Segundos Analíticos*, I, 33, 89b 6-10).

Reforça-se, assim, o caráter de necessidade que a *episteme* deve possuir, ao passo que a *opinião* resguarda o caráter de contingência, já que versa sobre coisas que ora são ora não são. Entretanto, como faz notar Pereira (2001, p. 41), parece surgir uma dificuldade que contradiz o que Aristóteles afirma em *Segundos Analíticos* I, 33, 89b 6-10, se levar-se em conta a passagem de *Ética a Nicômaco* III, 2, 1111b 31-3, que afirma a opinião relacionar-se “com toda a sorte de coisas, não menos as eternas e as impossíveis do que as que estão em nosso poder”. Contudo, o próprio texto dos *Segundos Analíticos*, esclarece tal questão. De fato, lê-se em *Segundos Analíticos* I, 33, 89a 16-23,

Se apreendemos proposições que não podem ser de outra maneira do mesmo modo que apreendemos as definições através das quais as demonstrações são efetuadas, não temos opinião, mas conhecimento; porém, se nos restringirmos a apreender que os predicados são verdadeiros e não que se aplicam em virtude da essência e natureza específica de seu objeto, não teremos conhecimento verdadeiro, mas uma opinião, tanto do o que quanto do seu porque, – isto é – alcançamos nossa opinião através das premissas imediatas; de outro modo, teremos uma opinião somente sobre o o que.

Esclarece-se, assim, como a opinião e a *episteme* apreendem esse ente de maneira diferente. De fato, a solução à objeção levantada pela *Ética a Nicômaco* se resolve justamente pelo modo de apreensão desse ente. Com efeito, “ciência apreende seu sujeito mediante sua definição e sua substância, ou seja, mediante seu caráter necessário. A opinião pode, por sua vez, apreender esse mesmo sujeito sem seu caráter necessário. Portanto, o sujeito da ciência não é o mesmo que o da opinião” (LEITE, 2013, p. 19).

Portanto, torna-se manifesto que para se ter *episteme* de algo, se faz necessário saber a causa deste algo e se ele é necessário. As coisas contingentes, sujeitas à mudança, não podem fazer parte da *episteme*, porque são não-necessárias, pois, na medida em que possuem matéria, estão sujeitas à corrupção, como antes já

delineado. Resta, assim, à *doxa* a apreensão do que é contingente¹⁹.

4 FUTUROS CONTINGENTES EM ARISTÓTELES

O capítulo IX da obra *Da Interpretação* está entre as passagens mais comentadas e discutidas do *corpus Aristotelicum*. As várias discrepâncias de interpretações deste capítulo se justificam justamente pela dificuldade de leitura. Ao analisar o capítulo IX²⁰, lida-se com o nível lógico-semântico e o ontológico. O problema dos futuros contingentes envolve, pelo menos, três elementos, a saber: a ocorrência de um evento futuro, o valor de verdade atual sobre uma proposição que se refere ao evento futuro e o valor modal do evento enunciado pela proposição (ESPÍNDOLA, 2012). Diante dessas dificuldades, poder-se-ia perguntar: qual a relevância deste tema que há muito é debatido e desenvolvido no meio acadêmico?

Ora, de acordo com Fleck (1997, p. 10)

A importância filosófica do problema dos futuros contingentes é patente: situa-se no caráter central dos conceitos desde logo nele envolvidos (verdade, modalidade, tempo) e de outros conceitos que a investigação haverá de considerar ((pré-) conhecimento, liberdade e causalidade).

Consoante ao exposto, esta seção se restringe à análise de basicamente dois dos conceitos envolvidos no problema dos futuros contingentes em Aristóteles. Na primeira parte, procura-se evidenciar o princípio de bivalência pressuposto por Aristóteles, procurando ressaltar que não é preciso limitar tal princípio como quer, por exemplo, Lukasiewicz (1967)²¹. Para tanto, segue-se as interpretações de Filho (2005) e Almeida (2009), segundo as quais, a solução para o problema dos futuros contingentes em Aristóteles se resolveria na medida em que se considera que o âmbito lógico sempre está atrelado ao âmbito ontológico. Temporalizando o princípio de bivalência (e os primeiros princípios), restringir o mesmo seria incurrer em um erro que Aristóteles não admitiria.

¹⁹ A distinção entre *episteme* e *doxa*, como apresentada nos *Segundos Analíticos*, pode ser lida, segundo alguns comentadores, como uma tentativa de resposta às aporias referentes à apreensão do conhecimento no *Ménon* de Platão. A distinção entre *episteme* e *doxa* encontra-se já na obra *República* (V 475e – 479d). Para uma análise dessas noções em Platão e sua relação com Aristóteles, cf. Stefani (2013) e Terra (2009). Para uma análise na obra *República*, cf. Soares (2010). Devo essa observação do paralelo entre a noção de *episteme* e *doxa* em Aristóteles e Platão a Márcio Soares.

²⁰ Para uma breve apresentação do problema e das interpretações dos futuros contingentes em *Da interpretação* IX, cf. Smith (1995).

²¹ Nos artigos *Philosophical remarks on many-valued systems of propositional logic* e *On determinism*, Lukasiewicz apresenta dois argumentos para a defesa do determinismo. O primeiro é o princípio do terceiro excluído. O segundo é baseado no princípio de causalidade dos estóicos. Para o autor, ao admitir um determinismo não temos liberdade de escolha, por exemplo. A saída para o fato de se admitir que proposições futuras já estivessem determinadas (já seriam verdadeiras ou falsas) é considerar um terceiro valor de verdade (I), que pode ser dito o possível, indeterminado. Dado esse terceiro valor de verdade, restringe-se o princípio de bivalência. Para mais detalhes, cf. Lukasiewicz (1967) e Mortari (2011).

¹⁸ Cf. Aristóteles (*Segundos Analíticos*, I, 33, 89a 5-6), Leite (2013) e Pereira (2001).

Não obstante, parece que a aplicabilidade do princípio de bivalência para enunciados futuros singulares em matéria contingente não é aplicado com tanta força, como ao se referir a enunciados sobre o passado ou presente. Deste modo, os defensores de um enfraquecimento (ou negação) do princípio de bivalência sustentam que tais enunciados já teriam, antes de o fato ocorrer, um valor de verdade²².

O segundo momento é dedicado propriamente aos futuros contingentes e, através da análise desenvolvida na primeira seção, poder-se-á mostrar o porquê de Aristóteles defender que, de enunciados singulares futuros em matéria contingente, não se tem como determinar o valor de verdade antes que o evento ocorra, mas que, ao ocorrer, tal proposição ou será verdadeira ou será falsa. Pretende-se corroborar a tese de que a lógica, para Aristóteles, é bivalente, mas que, propriamente, ao se referir a enunciados singulares futuros em matéria contingente, parece não haver pleno consenso sobre tal fato.

4.1 O PRINCÍPIO DE BIVALÊNCIA

O princípio de bivalência “é o princípio que estabelece a atribuição ao que é dito mediante cada sentença de determinada linguagem um e somente um de dois valores-de-verdade” (FLECK, 1997, p. 45). Segundo Aristóteles (*De Int.*, IV, 17a 3), “[...] nenhuma locução é uma enunciação, só o sendo a locução em que há verdade ou falsidade [...]”. Em outras palavras: “só o discurso no qual reside o verdadeiro e o falso é um discurso veritativo” (FILHO, 2005, p. 174). Não obstante, o que é um discurso veritativo, ou seja, o que é um discurso que possui valor de verdade? “Um enunciado tem valor de verdade se o real é, foi e/ou será tal como o enunciado diz que ele é, foi e/ou será (e, nesse caso, o enunciado é, foi e/ou será verdadeiro) ou então o real não é, não foi e/ou não será tal como o enunciado diz que ele é, foi e/ou será (e, nesse caso o enunciado será falso)” (FILHO, 2005, p. 179). Ainda como observa Filho (2005, p. 174), alguns intérpretes sustentam que, de acordo com essa definição, estariam excluídos “os enunciados singulares futuros em matéria contingente”. Desse modo, esses enunciados não seriam nem verdadeiros nem falsos.

Contudo, defender uma restrição ao princípio de bivalência em Aristóteles leva a desconsiderar, por exemplo, como alguns

enunciados podem manter relação lógica. No caso da restrição do princípio de bivalência, o enunciado “sábado irei para Veneza” fica desprovido de valor de verdade. O mesmo com sua negação: “sábado não irei para Veneza”. Se acontece de que no sábado eu não vá para Veneza, o que o enunciado diz no dia seguinte ao fato ter ocorrido é verdadeiro. Mas a negação do enunciado, antes da minha ida à Veneza, não parece em plena conformidade com a formulação do que Aristóteles entende por negação (“falso é dizer que o ser não é ou que o não-ser é” (ARISTÓTELES, *Metafísica*, IV, 1011b, 26)), já que o enunciado proferido não tinha ainda valor de verdade. Além dessa dificuldade, restringir o princípio de bivalência afeta a universalidade do princípio do terceiro excluído. De fato, o mestre do Liceu abre o capítulo IX da obra *Da interpretação* afirmando que “as afirmações e as negações acerca de coisas presentes ou pretéritas são necessariamente verdadeiras ou falsas [...]”. Para bem compreender o desenvolvimento desta análise, deve-se ter em mente três coisas: primeiro, que a lógica de Aristóteles é bivalente; segundo, que Aristóteles “aceita a validade irrestrita do princípio do terceiro excluído” (bem como dos outros primeiros princípios – identidade e não contradição); por fim, a definição clássica de negação, segundo a qual “a negação de uma proposição verdadeira é falsa e a negação de uma proposição falsa é verdadeira” (FILHO, 2005, p. 175). Quanto aos enunciados passados ou presentes, não há dúvida, então, de seu valor de verdade. São necessariamente verdadeiros ou necessariamente falsos. Mas, para proposições singulares futuras, parece surgir uma dificuldade, como o próprio Aristóteles faz notar em *Da Interpretação* IX.

Cabe notar que, em última instância, todo enunciado veritativo, para Aristóteles, tem fundamento no ser; entretanto, no caso dos enunciados singulares futuros em matéria contingente, estes ainda não possuem, pode-se assim dizer, um fundamento ontológico que os torne veritativos, já que o evento ainda não ocorreu. Admitindo que tudo ocorre por necessidade, não há espaço para a contingência. Mas, sabe-se que há contingência no mundo e que esta nada mais é do que “a indeterminação quanto ao presente e quanto ao futuro” (*De Int.*, IX, 18 b). A saída para esse impasse, sem precisar recorrer a um terceiro valor de verdade, já que, neste caso, poder-se-ia simplesmente afirmar que, quando enuncio “sábado irei para Veneza”, este enunciado ainda não possui valor de verdade (mas não possuir valor de verdade é ter um valor indeterminado e esse seria o terceiro valor de verdade), é temporalizar o princípio, reforçando assim a disjunção “ou”.

Os primeiros princípios, e isso também vale para o princípio de bivalência, são sempre temporalizados em Aristóteles. Como o Estagirita afirma, na *Física* (IV, 10-14), sem tempo, não há mudança. O ganho em temporalizar o princípio de bivalência é que não se necessita negar a universalidade do princípio do terceiro excluído. De fato, no livro IV da *Metafísica*, os três princípios (não contradição, identidade e terceiro excluído) são

²² Cabe notar que o próprio texto de Aristóteles, em *Da Interpretação* IX, dá margem a essas duas interpretações. O impasse ainda está longe de encontrar um parecer definitivo e, justamente por isso, este ensaio apenas apresentará essa discussão em longas passadas, não procurando se posicionar a favor de uma ou outra tese, já que, para isso, ter-se-ia que elaborar os prós e os contras de cada teoria a respeito da bivalência ou trivalência, por exemplo. Seria necessário, também, discutir a noção de verdade e dos primeiros princípios na obra *Metafísica*, na qual admite-se apenas dois valores de verdade. Para um comentário sobre a trivalência defendida por Prior e Lukasiewicz, cf., por exemplo, Suárez (1983). Já para uma defesa da bivalência, cf. Rojas (2012).

ditos autoevidentes e universais²³. Todos guardam, além do aspecto lógico, também um aspecto ontológico.

Desse modo, restringir tais princípios parece não ser uma boa saída, mesmo para explicar os enunciados futuros singulares em matéria contingente, já que estes também estão no tempo. Parece que restringir o princípio de bivalência e, em decorrência, os primeiros princípios, força uma interpretação, especialmente do livro IV da *Metafísica*, um tanto quanto dúbia. Agora, olhando especificadamente para o capítulo IX de *Da Interpretação*, evidencia-se que o problema que envolve os enunciados futuros em matéria contingente dá possibilidades de interpretações variadas, e que, embora o texto pareça sugerir a concordância com a teoria da verdade da *Metafísica*, este ponto não é bem explicitado pelo Estagirita.

Feita esta breve caracterização sobre a conceitualização do princípio de bivalência e sua função, pode-se passar para a segunda parte, na qual procura-se expor brevemente a problemática dos futuros contingentes.

4.2 OS FUTUROS CONTINGENTES E A BATALHA NAVAL QUE PODE OU NÃO OCORRER

Aristóteles estabelece as condições lógico-semânticas e ontológicas sobre o estado de coisas singulares futuras em *Da interpretação*, 9, 18b 9-16:

[...] se uma coisa agora é branca, então foi verdadeira a afirmação anterior de que ela seria branca, de modo que seria sempre verdadeiro dizer não importa de que coisa, que ela é ou ela será. Mas se em todo o tempo fosse verdadeiro afirmar que uma coisa é ou será, não é no entanto possível que ela não seja, ou não venha a ser [...].

Em síntese, o que essa passagem deixa ver é o fato de que, se afirmo hoje que “sábado eu irei para Veneza”, esta proposição não é hoje nem verdadeira nem falsa, mas ela será necessariamente ou uma ou outra porque, sábado, ou eu irei para Veneza ou não irei para Veneza. É pertinente perceber que “são os estados de coisas que produzem os valores de verdade das proposições e não estas que produzem o ser ou não ser dos estados de coisas aos quais se referem” (ALMEIDA, 2009, p. 196). A tese de que são os estados de coisas que produzem os valores de verdade das proposições é exposta por Aristóteles nos seguintes termos:

Pouco importa, aliás, que se haja feito uma afirmação ou uma negação, dado ser evidente que o real não é menos do que é, apesar da afirmação ou da negação de ser ou de poder ser,

uma vez não ser a afirmação nem a negação que levará os acontecimentos à realização, mesmo que enunciados com dez mil anos de antecedência, ou não importa com outra antecedência qualquer (*Da Interpretação*, 18b, 35-19a 1).

Essa passagem corrobora, então, o que, já na seção dedicada ao princípio de bivalência, tinha-se exposto, a saber: que as proposições são tornadas verdadeiras ou falsas pelos estados de coisas a que elas se referem, não o inverso. Cabe notar que, na passagem supracitada do texto, Aristóteles está argumentando a respeito dos absurdos relativos à defesa de que o futuro é determinado. Por isso, a insistência em mostrar que nada impede que as proposições predigam o futuro; mas não são essas que farão com que o fato seja verdadeiro ou falso, já que a “[...] a verdade das proposições consiste na sua conformidade com os sujeitos, torna-se evidente que, se estes sujeitos se comportam de um modo indeterminado, e estão na posse de contrários, o mesmo se verificará com as proposições contraditórias correspondentes” (*De Int*, 19 a 33-35).

Tem-se, desse modo, a célebre passagem da batalha naval, na qual Aristóteles procura refutar o determinismo lógico e mostrar como se dá o estado de coisas em matéria contingente:

De facto, não significa o mesmo dizer que todo o ser, quando é, é necessariamente, e dizer, como afirmação absoluta, que o ser é necessariamente. O mesmo se afirma de tudo o que não é, e idêntica distinção é aplicável às proposições contraditórias. Quer dizer, toda a coisa necessariamente é ou não é, será ou não será, e no entanto, se olharmos estas duas alternativas em separado, não podemos dizer qual delas é necessária. Por exemplo: necessariamente amanhã haverá uma batalha naval, ou amanhã não haverá uma batalha naval; mas não é necessário que amanhã haja uma batalha naval, e também não é necessário que amanhã não haja batalha naval. Mas que amanhã haja ou não haja uma batalha naval, eis o que é necessário (*Da Interpretação* 19 a 25-33).

Esta passagem apresenta a defesa de Aristóteles para as possibilidades contingentes. Com isso, temos que:

O operador de necessidade é interpretado como o que sempre foi, é e será o caso; o operador de impossibilidade é interpretado como o que nunca foi, é e será o caso; o operador de possibilidade afirmativa é interpretado como o que foi, é ou será o caso e o operador de possibilidade negativa é interpretado como o que não foi, não é ou não será o caso, enquanto as variáveis proposicionais simples (afirmativas ou negativas) são interpretadas como o que é ou o que não é atualmente o caso (ALMEIDA, 2009, p. 202).

Faça-se notar que, temporalizando os princípios modais, Aristóteles não precisa recorrer a uma semântica de mundos possíveis, já que, para ele, a semântica de modalidade se dá através de momentos

²³ Uma análise a respeito dos princípios de verdade e sua ligação com os primeiros princípios é encontrada em Almeida (2008).

no tempo²⁴. Com efeito, “o que é deve ser necessariamente *quando* é, e o que não é, não pode ser *quando* não é, eis uma afirmação necessária. Mas tanto não significa que tudo o que é será por necessidade, e que tudo o que não é, não será necessariamente” (*De Int*, 19 a 23-27). Portanto, cumpre notar que as proposições futuras singulares em matéria contingente não possuem (ainda) no presente um valor de verdade, embora, no momento em que o evento ocorra, elas são ou necessariamente verdadeiras ou necessariamente falsas. Falar em estados de coisas futuras em matéria contingente é falar de estados de coisas que não são nem necessários nem impossíveis, mas simplesmente que podem acontecer, isto é, são possíveis.

Por motivo de esclarecimento, há que se notar que o problema dos futuros contingentes em Aristóteles envolve muito mais complicações do que as apresentadas aqui. Contudo, o que se tentou foi expor um vislumbre deste instigante tema, já que, para uma análise que se pretendesse completa, ter-se-ia que se debruçar sobre os capítulos 12 e 13²⁵ da obra *Da interpretação*, a fim de averiguar de perto a noção de lógica modal e o quadrado lógico aristotélico para, então, melhor fundamentar tal noção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio buscou realizar uma breve análise acerca do conceito de *episteme* na filosofia de Aristóteles. Para tanto, no primeiro momento, a partir das obras *Segundos Analíticos* e *Física II*, evidenciaram-se os dois traços fundamentais que constituem a *episteme* a saber: causalidade e necessidade. No segundo momento, procurou-se ressaltar a distinção proposta por Aristóteles entre necessário e contingente. Para isso, a análise deteve-se no livro V, 5, da *Metafísica*, no qual o Filósofo apresenta cinco sentidos para *necessário*. Já o conceito de contingente foi analisado a partir das ponderações feitas por Aristóteles na obra *Primeiros Analíticos*, I, 13.

A título de fechamento, cabe a síntese que Aristóteles realiza na *Ética a Nicômaco*, VI, 3, 1139 b 20-25, acerca do que vem a ser *conhecimento científico*:

Todos nós supomos que aquilo que sabemos não é capaz de ser de outra forma. Quanto às coisas que podem ser de outra forma, não sabemos, quando estão fora do nosso campo de observação, se existem ou não existem. Por conseguinte, o objeto de conhecimento científico existe necessariamente; donde se segue que é eterno, pois, todas as coisas que existem por necessidade

no sentido absoluto do termo são eternas, e as coisas eternas são ingênitais e imperecíveis²⁶.

Concernente a isso, Aristóteles corrobora, nessa passagem, os traços expostos ao longo do primeiro capítulo, tentando evidenciar que a ciência guarda dois traços fundamentais: necessidade e causalidade; e que não pode haver ciência do que não é necessário, i.e., do que é contingente.

Na sequência do texto, procurou-se, mesmo que de forma breve, mostrar a problemática que envolve os futuros contingentes e a sustentação do princípio de bivalência. Alguns autores defendem que, temporalizando o princípio de bivalência, não se precisa recorrer a um terceiro valor de verdade, embora textualmente em *Da interpretação*, IX, Aristóteles não parece dispensar completamente a tese de um terceiro valor de verdade. Feita aquela breve caracterização, partiu-se para a análise dos futuros contingentes para buscar ressaltar se há como saber se os mesmos são verdadeiros ou falsos. Assim, procurou-se evidenciar que, mesmo que coisas contingentes estejam fora do conhecimento científico proposto por Aristóteles, essas não passam de todo despercebido pelo Estagirita.

²⁴ Jerzy Brzozowski apontou corretamente que a semântica dos mundos possíveis serve como ferramenta. Então, não é errado usar a semântica da lógica modal ou de mundos possíveis para interpretar textos aristotélicos, por exemplo. A ferramenta, a semântica da lógica modal, é neutra, por isso não é preciso negar uma semântica de mundos possíveis a Aristóteles. O fato de Aristóteles não precisar recorrer a tal semântica não impossibilita sua utilização.

²⁵ Para uma análise baseada nesses capítulos e ressaltando o caráter modal da lógica aristotélica, cf. Knuuttilla (1981); Almedia (2009); Ferreira (2008); e Moraes; Alves (2009).

²⁶ A tradução de Angioni (2011, p. 288) é: “Todos nós julgamos que aquilo de que temos ciência não pode ser de outro modo. Por outro lado, passa-nos despercebido se as coisas que podem ser de outro modo são o caso ou não, quando não as estamos considerando. Assim, o objeto de ciência é por necessidade e, portanto, é eterno, pois todas as coisas que são por necessidade, sem mais, são eternas, e as coisas eternas não são suscetíveis de geração e corrupção”.

REFERÊNCIAS

ALMEDIA, N. E. de. Outra batalha naval: elementos para uma nova interpretação da fundamentação lógica e ontológica da liberdade em Aristóteles (**Da interpretação**, capítulo 9). **Veritas**, Porto Alegre, v. 54, n. 1, p. 185-216, jan-mar, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/5074/3739>>. Acesso em: 02 jan 2014.

ALMEIDA, N. E. de. Os princípios de verdadeiro no livro IV da **Metafísica** de Aristóteles. **Princípios**, Natal, v. 15, n. 23, p. 05-63, jan-jul, 2008. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br/principios/article/view/452/388>>. Acesso em: 02 jan 2014.

ANGIONI, L. Os seis requisitos das premissas da demonstração científica em Aristóteles (Segundos Analíticos I, 2). **Manuscrito** – Rev. Int. Fil., Campinas, v. 35, n. 1, p. 7-60, jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-60452012000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 ago 2013.

_____. As quatro causas na filosofia da natureza de Aristóteles, **Anais de Filosofia Clássica**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-19, 2011. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~afc/2011/Angioni.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2013.

_____. Comentários **Física I-II**. In: ARISTÓTELES. **Física I-II**. Prefácio, tradução, introdução e comentários: Lucas Angioni. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 65-406.

_____. O conhecimento científico no livro I dos Segundos Analíticos de Aristóteles. **Journal of Ancient Philosophy**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-24, 2007a. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/filosofiaantiga/article/view/42469/46138>>. Acesso em: 13 ago 2013.

_____. A Noção Aristotélica de Matéria. **Cad. Hist. Fil. Ci.**, Campinas, Série 3, v. 17, n. 1, p. 47-90, jan.-jun. 2007b. Disponível em: <[http://www.cle.unicamp.br/cadernos/pdf/\(3\)Lucas%20Angioni.pdf](http://www.cle.unicamp.br/cadernos/pdf/(3)Lucas%20Angioni.pdf)>. Acesso em: 12 ago 2013.

_____. Aristóteles e a noção de sujeito de predicação (Segundos Analíticos I, 22, 83 A 1-14). **Philosophos**, Góias, v. 12, n° 2, p. 107-129, jan.-jun, 2007c. Disponível em: <<http://philpapers.org/archive/ANGAEA-3.pdf>>. Acesso em: 02 jan 2014.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**, Livro VI. Tradução: Lucas Angioni. **Dissertatio**, Pelotas, v. 34, p. 285-300, 2011. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/34/12.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2013.

_____. **Partes dos animais**, v. IV, Tomo III, Tradução: Maria de Fátima Sousa e Silva. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 2010a.

_____. **Órganon**: Categorias, Analíticos Posteriores. Tradução: Edson Bini, 2 ed, Bauru, SP: Edipro, 2010b.

_____. **Física I-II**. Prefácio, tradução, introdução e comentários: Lucas Angioni. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009a.

_____. **Sobre a geração e a corrupção**, v. II, Tomo III. Tradução: Francisco Chorão. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 2009b.

_____. **Metafísica**. Tradução: Giovanni Reale, Marcelo Perini. 2 ed, São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Primeiros Analíticos**. Tradução: Pinharanda Gomes. Guimarães Editores: Lisboa, 1986.

_____. **Periérmenias**. Tradução: Pinharanda Gomes. Guimarães Editores: Lisboa, 1985.

_____. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os pensadores).

AUBENQUE, P. La actualidad de Aristóteles. **Daimon, Revista de Filosofía**, Murcia, n. 22, p. 9-16, 2001. Disponível em: <<http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/daimon/022/daimon022-03.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2013.

BERTI, E. **As razões de Aristóteles**. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

ESPÍNDOLA, L. L. G. Disputas de Aristóteles y Diodoro Crono en torno a la necesidad Lógica. **Praxis Filosófica**, Cali, n. 35, p. 39-57, jul-dic, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2090/209026868003.pdf>>. Acesso em: 02 mar 2014.

- FERREIRA, P. F. T. **Enunciado Assertivo e contingência em Aristóteles: a batalha naval amanhã em Aristóteles em De Interpretatione 9**. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-26082009-004315/pt-br.php>>. Acesso em: 01 fev 2014.
- FILHO, B. B. Aristóteles e o princípio da bivalência. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 173-184, 2005. Disponível em: < <http://www.analytica.inf.br>>. Acesso em: 10 ago 2013.
- FLECK, F. P. de A. **O problema dos futuros contingentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- HANKINSON, R. J. Causes. In: ANAGNOSTOPOULOS, G (Org.). **A Companion to Aristotle**, Blackwell Companions to Philosophy, 2009. p. 213-229.
- KNUUTTILA, S. Time and modality in Scholasticism. In: KNUUTTILA, S. **Reforging the great chain of being**. Dordrecht: Reidel, 1981. p. 163-257.
- LE BLOND, J. M. **Logique et méthode chez Aristote**, Paris: Vrin, 1939.
- LEITE, T. S. **O estatuto Transcendente das perfectiones simpliciter na metafísica de João Duns Scotus**. 2013. 149 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: < http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4790>. Acesso em: 13 ago. 2013.
- LEWIS, F. A. Form and Matter. In: ANAGNOSTOPOULOS, G (Org.). **A Companion to Aristotle, Blackwell Companions to Philosophy**, 2009. p. 162-185.
- LUKASIEWICZ, J. Philosophical remarks on many-valued systems of propositional logic. In: McCALL, S. **Polish Logic 1920-1939**, Oxford: Clarendon Press, 1967. p. 19-39.
- MORAES, L, de.; ALVES, C, R, T. A modalidade a respeito dos contingentes futuros em Aristóteles. De interpretatione 9. **Cognitio**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 243-266, jul./dez., 2009. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/13436>>. Acesso em: 02 fev 2014.
- MORTARI, C. **Lógica III**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.
- PEREIRA, O. P. **Ciência e dialética em Aristóteles**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- ROJAS, R. M. Futuros contingentes, bivalência e indeterminismo epistêmico. **Praxis Filosófica**, Cali, n. 35, p. 59-82, jul-dic, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_S012046882012000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 2 fev 2014.
- SILVA, L. R. da. Sobre as causas em Aristóteles. **Intuito**, Porto Alegre, v 2, n. 1, p. 67-80, 2009. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/5441/3957>>. Acesso em: 12 ago 2013.
- SMITH, R. Aristotle's Theory of Demonstration. In: ANAGNOSTOPOULOS, G. (Org.). **A Companion to Aristotle**. Blackwell Companions to Philosophy, 2009. p. 51-65.
- SMITH, R. Logic. In: BARNES, J. (Org). **The Cambridge Companion to Aristotle**, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- SOARES, M. **Construção e crítica da Teoria das Ideias na Filosofia de Platão: dos diálogos intermediários à primeira parte do Parmênides**. 2014. 261 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: < http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2684>. Acesso: 25 maio. 2014.
- STEFANI, J. Conhecimento e argumentação em Aristóteles. **Hypnos**. São Paulo, n. 31, p. 199-218, 2º semestre 2013. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/hypnos/article/view/12709>>. Acesso em: 02 abr 2014.
- SUÁREZ, G., A. Fatalismo, trivalência y verdad: un análisis del problema de los futuros contingentes. **Revista Anuario Filosófico**, v. 16, n. 1, p. 307-329, 1983. Disponível em: < <http://dspace.unav.es/dspace/bitstream/10171/2155/1/07.%20ALFONSO%20GARC%C3%8DA%20SU%C3%81REZ%20%28Madrid%29%2c%20Fatalismo%2c%20trivalencia%20y%20verdad%20un%20an%C3%A1lisis%20del%20problema%20de%20los%20futuros%20contingentes.pdf>>. Acesso em: 2 jan 2014.

TERRA, C. A. **Conhecimento prévio e conhecimento científico em Aristóteles**. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2009. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000475697>>. Acesso em: 04 de fev 2014.

VIANO, C. A. **La logica di Aristotele**. Taylor Torino Editore, 1955.

ZINGANO, M. Particularismo e Universalismo na Ética Aristotélica. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 1, n° 3, p. 75-100, 1996. Disponível em: <<http://analytica.inf.br/analytica/diagramados/2.pdf>>. Acesso em: 12 ago 2013.

**EPISTEME AND THE
PROBLEM OF CONTINGENCY
IN ARISTOTLE**

Abstract: The article examines the definition of episteme in the philosophy of Aristotle. First, from the works Posterior Analytics and Physics II, we highlight the two key traits that constitute episteme, namely: causality and necessity. We then emphasize the distinction proposed by Aristotle between necessary and contingent. For this, the analysis takes up Metaphysics V, 5, according to which there are five senses of “necessary”. For the concept of contingent, the object of analysis is Prior Analytics, I, 13. After that, we move to the problem of future contingents in Aristotle, explaining the principle of bivalence and the way in which Aristotle understands the application of truth to singular statements that concern future contingent matters. The objective is to show why Aristotle believes that there can be only episteme about what is necessary, immutable, excluding the contingent beings scientific knowledge.

Keywords: Episteme. Causality. Necessity. Contingency. Aristotle.

**EPISTEME Y EL
PROBLEMA DE CONTINGENCIA
EN ARISTÓTELES**

Resumen: El artículo examina la definición de episteme en la filosofía de Aristóteles. Para tanto, en un primer momento, a partir de las obras Segundos Analíticos y Física II, buscamos resaltar los dos rasgos principales que constituyen la episteme, a saber: la causalidad y la necesidad. Sobre el segundo punto, hacemos hincapié en la distinción propuesta por Aristóteles entre necesario y contingente. Con esto, el análisis se sostiene en el libro V, 5, de la Metafísica, que presenta los cinco sentidos del necesario. Para el concepto de contingente, el objeto de análisis es la obra Primeros Analíticos, I, 13. Pretendiéndose avanzar al problema de los futuros contingentes en Aristóteles, que explica el principio de bivalencia y la forma por la cual Aristóteles entiende la aplicación de la verdad a las declaraciones singulares futuras en materia contingente. Quiere con ello, demostrar por qué Aristóteles cree que sólo puede haber episteme de lo necesario, inmutable, donde el conocimiento científico de los contingentes sería excluido.

Palabras clave: Episteme. Causalidad. Necesidad. Contingencia. Aristóteles.

• G A
V • A
G A I